Revista Gestão & Políticas Públicas

Artigo

Política Externa Brasileira e Balança Comercial: breve análise dos governos Jânio Quadros/João Goulart e Castelo branco (1961 – 1967)

Brazilian Foreign Policy and Trade Balance: a brief analysis of the Jânio Quadros/João Goulart and Castelo Branco governments (1961 – 1967)

Política Exterior Brasileña y Balanza Comercial: un breve análisis de los gobiernos de Jânio Quadros/João Goulart y Castelo Branco (1961 – 1967)

Politique Étrangère et Balance Commerciale du Brésil: une brève analyse des gouvernements Jânio Quadros/João Goulart et Castelo Branco (1961 – 1967)

Talissa Gomes[1] e Gustavo Menon[2]

[1] Graduada em Administração de Empresas com ênfase em Comércio Exterior pelo Centro Universitário Senac, São Paulo, SP, Brasil.

https://orcid.org/0000-0002-5355-3560 E-mail: talissa.gomes1@gmail.com

[2] Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Atualmente é docente no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

https://orcid.org/0000-0003-1057-027X E-mail: gustavo22menon@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda uma breve análise da Política Externa Brasileira (PEB) e a relação com os resultados da balança comercial durante os períodos governamentais de Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) e Castelo Branco (1964-1967), sob a ótica de relações comerciais entre Brasil e os Estados Unidos. Para isso, do ponto de vista metodológico, a pesquisa, de caráter exploratória-descritiva, percorreu o exame da condução da política externa brasileira durante o início dos anos 1960 - especialmente o alinhamento oficial do Itamaraty – e, por outro lado, coletou os dados do antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), hoje absorvido pelo Ministério da Economia do Governo Federal brasileiro, para o exame dos indicadores e resultados da balança comercial brasileira, especialmente sua relação com os EUA. A pesquisa resulta na conclusão de que ações da política externa brasileira, mesmo divergente após o golpe militar de 1964, não impactaram de forma significativa nos resultados da balança comercial do período em questão, onde outros elementos e abordagens de longa duração deve ser consideradas para a interpretação das correntes de comércio e seu vínculo com a atuação da política externa dos Estados.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Política Externa Independente; Brasil; Estados Unidos; Balança Comercial.

Abstract

This paper presents a brief analysis of the Brazilian Foreign Policy (PEB) and the relationship with the results of the trade balance during the governmental periods of Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) and Castelo Branco (1964-1967), by from the perspective of trade relations between Brazil and the United States. For this, from a methodological point of view, the research, of an exploratory-descriptive character, examined the conduction of Brazilian foreign policy during the early 1960s - especially the official alignment of the Itamaraty - and, on the other hand, collected the data of the former Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC), now absorbed by the Ministry of Economy of the Brazilian Federal Government, to examine the indicators and results of the Brazilian trade balance, especially its relationship with the USA. The research results in the conclusion that Brazilian foreign policy actions, even after the 1964 military coup, did not significantly impact the results of the trade balance of the period in question, where other elements and long-term approaches must be considered for the interpretation of current trade and its link with the performance of the foreign policy of the States.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Independent Foreign Policy; Brazil; USA; Trade Balance.

Resumen Este artículo presenta un breve análisis de la Política Exterior Brasileña (PEB) y la relación con los resultados de la balanza comercial durante los períodos de gobierno de Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) y Castelo Branco (1964- 1967), desde la perspectiva de las relaciones comerciales entre Brasil y los Estados Unidos. Para ello, desde el punto de vista metodológico, la investigación, de carácter exploratorio-descriptivo, examinó la conducción de la política exterior brasileña durante el inicio de la década de 1960 -en especial la alineación oficial del Itamaraty- y, por otro lado, recopiló los datos del antiguo Ministerio de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior (MDIC), ahora absorbido por el Ministerio de Economía del Gobierno Federal brasileño, para examinar los indicadores y resultados de la balanza comercial brasileña, especialmente su relación con los EE.UU. La investigación da como resultado la conclusión de que las acciones de política exterior brasileña, incluso después del golpe militar de 1964, no impactaron significativamente los resultados de la balanza comercial del período en cuestión, donde otros elementos y enfoques de largo plazo deben ser considerados para la interpretación del comercio actual y su vinculación con el desempeño de la política exterior de los Estados.

Palabras clave: Política Exterior Brasileña; Política Exterior Independiente; Brasil; Estados Unidos; Balanza comercial.

Resumé Cet article présente une brève analyse de la politique étrangère brésilienne (PEB) et la relation avec les résultats de la balance commerciale pendant les périodes gouvernementales de Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) et Castelo Branco (1964- 1967), du point de vue des relations commerciales entre le Brésil et les États-Unis. Pour cela, d'un point de vue méthodologique, la recherche, de caractère exploratoire-descriptif, a examiné la conduite de la politique étrangère brésilienne au début des années 1960 - en particulier l'alignement officiel de l'Itamaraty - et, d'autre part, a recueilli les données de l'ancien ministère du Développement, de l'Industrie et du Commerce extérieur (MDIC), aujourd'hui absorbé par le ministère de l'Économie du gouvernement fédéral brésilien, pour examiner les indicateurs et les résultats de la balance commerciale brésilienne, en particulier ses relations avec les États-Unis. La recherche aboutit à la conclusion que les actions de politique étrangère brésilienne, même après le coup d'État militaire de 1964, n'ont pas eu d'impact significatif sur les résultats de la balance commerciale de la période en question, où d'autres éléments et approches à long terme doivent être pris en compte pour l'interprétation de le commerce actuel et son lien avec la performance de la politique étrangère des États.

Mots-Clés: Politique Etrangere Bresilienne; Politique Etrangere Independante; Bresil; États-Unis d'Amérique; Balance Commerciale.

Introdução

A Política Externa Brasileira (PEB) do século XX alterou-se "durante os vários governos, ora voltando-se para o ideal de desenvolvimento nacional, ora privilegiando o alinhamento com grandes potências, ora buscando um espaço de atuação multilateral" (Moraes, 2006:17). Manteve, entretanto, a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, a restauração do prestígio internacional do país recém assumido no período republicano, a intangibilidade de sua soberania, a defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros - diretivas essas definidas no início da Nova República pelo patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco (Bueno & Cervo, 2012). Neste sentido, a política externa brasileira teve como característica básica a perspectiva de alargamento de sua inserção internacional nas Américas, com ênfase na aproximação com os Estados Unidos em função da grande potência exercer sua área de influência em toda a América Latina (Oliveira, 2005).

Do ponto de vista das relações internacionais, em termos de definição, entendemos que a Política Externa (PEX) é a área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional através de um conjunto de atividades políticas (Oliveira, 2005). Isto é, a política externa representa um esforço intelectual e pragmático de determinação de interesses convergentes e/ou divergentes entre diferentes atores, sendo representada oficialmente pela atuação dos Estados Nacionais. Em uma visão tradicional, parte-se do princípio de que "as relações entre Estados se fundamentam naquilo que constituem os pontos de interesse comum, naquilo que constitui um relacionamento com vantagem mútua". Assim, a política externa constitui um esforço, mais ou menos bem-sucedido, de compatibilizar o quadro interno de um país com seu contexto externo" (Oliveira, 2005: 06).

Segundo Albuquerque *e cols*. (2000), em uma visão construtivista, a política externa de um país é condicionada, em função da imagem que se faça de si mesmo, do mundo e dos recursos de que efetivamente disponha, pelos objetivos internacionais que se fixe e por sua capacidade de atingi-los. Cervo & Bueno (2012), notórios internacionalistas, afirmam que esta tem a capacidade de subsidiar a autonomia socioeconômica de um país, sendo capaz de conjugar o nacional com o global.

Dessa forma, a Política Externa Brasileira (PEB) correspondeu, nos dois últimos séculos, a um dos instrumentos com que os governos afetaram os destinos da nação, mantendo a paz ou causando a guerra, administrando os conflitos ou implementando iniciativas de cooperação, influenciando em resultados de crescimento econômico e desenvolvimento ou materializando traços de atraso e dependência (Bueno & Cervo, 2012). O Brasil do fim da década de 1950, pós-investimentos governamentais do programa de metas de Juscelino Kubitschek, enfrentava crescentes déficits do orçamento federal acompanhados do acentuado avanço da inflação embasado em uma política nacional-desenvolvimentista (Fausto, 2009). De acordo com Alves (1989), a crescente penetração do capital internacional após meados da mesma década colocou o país em um processo de desenvolvimento caracterizado por uma condição de dependência.

Em 1961, o então presidente Jânio Quadros afirmou em Mensagem ao Congresso Nacional que a política externa deveria ser a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e em termos de cooperação (Quadros,

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

1961). Estava sendo desenhada a "Política Externa Independente" (PEI), que procurava empreender estudos e projetos para ampliar mercados em todas as áreas do mundo, a despeito da escolha ideológica de cada uma das nações (Manzur, 2014).

Para Prado & Pellegrino (2016) a intitulada Doutrina de Segurança Nacional, no plano interno, desencadeada no cenário da Guerra Fria, alinhou as ações do Estado brasileiro com interesses estadunidenses. Nesse sentido, com a vitória da Revolução Cubana de 1959, houve uma substancial redefinição do papel político dos militares aplicando-se a doutrina a todas as esferas relacionadas à segurança interna, passando pela política e economia; a "defesa nacional" começava a se confundir com a "política geral do Estado". A perseguição do "inimigo interno", com práticas que violaram sistematicamente os direitos humanos, foi, assim, um dos traços perversos das ditaduras militares no Cone Sul.

Desta forma, não é surpresa que no Brasil um dos pretextos para o golpe civil-militar, conforme apontado por Skidmore (1991), foi a reconstrução econômica, financeira, política e moral do país, seguidos da restauração da ordem interna e do prestígio internacional. Para Cervo & Bueno (2012: 393), no interior da PEI, as "demandas internas do desenvolvimento converteram-se no vetor da política externa, destinada a criar e a viabilizar os meios com que viessem a se articular a participação externa, suas modalidades e sua intensidade, com a intervenção reguladora ou empreendedora do Estado e a dinâmica da sociedade."

Passado o golpe de 1964, o então presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco juntamente com seu ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, propuseram-se a desmantelar os princípios que regiam a Política Externa Independente (Cervo & Bueno, 2012). Isso porque, segundo Oliveira (2005), como fundamento da nova postura, estava a crença de que a Guerra Fria constituía o elemento central da história contemporânea, dividindo o globo em dois blocos antagônicos: o mundo democrático ocidental e o mundo comunista.

A harmonização das necessidades internas com as possibilidades externas, ou seja, a proposta de inserção de um país no mundo, sobretudo, faz-se em três significativos campos de atuação de acordo com Lafer (1987): 1) o campo estratégico-militar, que traduz o que um país significa, ou pode significar, para outros como aliado, protetor ou inimigo em termos de riscos de guerra e desejos de paz; 2) o campo dos valores, que revela a importância de um país enquanto modelo ideológico no campo moral; e, por fim, 3) o campo das relações econômicas, que explicita a importância efetiva ou potencial de um país para outros como mercado consumidor.

Posto nosso foco nesse último eixo, o campo das relações econômicas, Celso Lafer categoriza a definição das relações econômicas e a atuação da política externa levando em consideração "à transferência internacional de recursos, na ampla acepção de financiamentos, juros, investimentos diretos, tecnologia e produtos, seja pela ação interestatal, seja pela ação transnacional de empresas". Assim, podemos dizer que há uma relação intima entre relações comerciais e a própria dinâmica da política externa, onde as relações comerciais são aquilo "que se pode chamar de mundo do comércio" (Lafer, 1987:4). Dessa forma, a partir da atuação diplomática das nações, em sua política exterior oficial, concentraremos os esforços em observar atuação da política externa brasileira para os Estados Unidos, e os resultados da balança comercial (saldo de importação e exportação) diante da potência imperialista. Portanto, do ponto de vista metodológico, tais dados serão mensurados pela balança comercial, via informações oferecidas pelo antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), visando examinar as correntes de comercio entre Brasil e Estados Unidos.

Neste contexto, busca-se analisar a balança comercial brasileira do período para, se possível, estabelecer um paralelo entre política externa e comércio internacional. Para isso, iremos decorrer por três seções, iniciando pelos aspectos estruturante da PEI de Jânio Quadros e João Goulart. A intenção é de evidenciar a abertura das relações externas com países de diferentes ideologias e como, portanto, foi ameaçada a influência da potência estadunidense sobre o Brasil. Em sequência, vamos analisar a ruptura da PEI com o governo de Castelo Branco e a formulação da política de interdependência. O objetivo é descrever o seu alinhamento quase que automático com os Estados Unidos da América como aliado político e econômico para, assim, finalizarmos com uma breve análise da balança comercial[1] do respectivo período a fim de concluir sobre o impacto, ou não, dos esforços dos governantes e diplomatas por meio do exercício da política externa em matéria de alavancamento do nosso comércio internacional, especialmente contemplando as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos.

1. Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)

Estruturada no governo Jânio Quadros para favorecer a independência política do Brasil e o desenvolvimento nacional, Milani (2011) nos afirma que a Política Externa Independente (PEI) foi um ponto fundamental na história das relações entre o Brasil e os Estados Unidos nos anos 1960. Conforme observado, esta procurava empreender estudos e projetos para ampliar mercados em todas as áreas do mundo, a despeito da escolha ideológica de cada nação.

> Essa universalização na seara comercial deveria ser acompanhada de uma cuidadosa aproximação política para que, mediante os laços inicialmente diplomáticos, se pudesse fomentar frutíferas relações comerciais, com benefícios para o Brasil e para os outros países (Manzur, 2014:183).

Os primeiros traços da PEI são desenhados no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) através do que mais tarde veio a ser chamado de nacional-desenvolvimentismo, quando se privilegiou uma política de substituição de importações[2]. Em um contexto de fortes nacionalismos em todo o planeta, uma série de plataformas politicas foram orientadas, sobretudo, pela "busca do desenvolvimento interno pela via da política externa, ou seja,

[1] Por balança comercial estamos entendendo, basicamente, o valor das exportações de um país menos o valor de suas importações (Mankiw, 2013).

[2] Nesse contexto, consideraremos a definição de substituição de importações segundo Tavares (2000): processo de desenvolvimento interno através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial com insumos externos.

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

identificam-se na política externa os meios para se viabilizar a suplantação ou a eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento" (Manzur, 2014: 172).

Em termos das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, Cervo & Bueno (2012), pontuam:

> as relações que o Brasil manteve com os Estados Unidos foram, sem dúvida, as mais importantes no conjunto da sua política exterior. Isso porque os norte-americanos continuaram sendo os principais parceiros comerciais[3], bem como os maiores fornecedores de investimentos para o país, que, por isso mesmo, ficava em posição vulnerável nas suas relações com eles (Bueno & Cervo, 2012: 77).

Assim, Jânio Quadros, no início dos anos 1960, aproveitou-se do receio dos EUA de que a América Latina escaparia de sua órbita de influência a partir da crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba e, apoiado em concepções de soberania nacional, arregimenta a Política Externa Independente com a intenção de elaborar uma política que não estaria vinculada às definições das grandes potências, com objetivo de concretizar os interesses internacionais brasileiros. Era uma política sem compromissos, que procurava obter vantagens para o país em um mundo dividido em dois blocos (Bueno & Cervo, 2012; Albuquerque *e cols*, 2006). O presidente Jânio Quadros, concebia da seguinte forma a ordem internacional:

> O interesse no desenvolvimento econômico é comum à maior parte da humanidade. Já se tem falado num conflito entre o norte e o sul deste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito ideológico Leste-Oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquele, não encontra grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional em que as nações tenham o direito de escolher seu destino. (...) Temos a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz. (Quadros, 1961:92).

Celso Lafer (1967: 92), ex-ministro das Relações Exteriores, acerta então quando reitera que a posição do Brasil, portanto, no início da PEI, deveria se atentar as relações norte e sul, ao invés do conflito Leste e Oeste, podendo entender os principais desafios brasileiros perante ao sistema internacional nos seguintes termos:

> O equilíbrio atômico torna a guerra em larga escala improvável e as categorias de persuasão por parte dos Estados Unidos e da União Soviética e a de subversão por parte dos subdesenvolvidos são categorias com as quais se pode

[3] Durante o período de publicação da obra, os EUA eram o principal parceiro econômico brasileiro. Tal relação foi substituída pela ascensão chinesa diante do mercado regional. Atualmente, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, tanto em importação, quando em exportação, sendo a maior a segunda maior economia do planeta.

> conceitualmente as relações internacionais. Se isto é assim, os países subdesenvolvidos devem unir-se para fazer do conflito Norte-Sul — e não o conflito Leste-Oeste — o tema básico do sistema internacional. Para assim proceder, com certa dose de eficácia, o Brasil deveria alargar algumas de suas concepções antes confinadas ao sistema regional. Um exemplo seria o problema dos subdesenvolvidos que não poderia mais limitar-se à América Latina e articular-se através de organizações regionais como a ALALC mas sim estender-se nas suas implicações internacionais (Lafer, 1967: 92).

Cervo & Bueno (2012) também elencam os principais fundamentos da PEI em:

> Mundialização das relações internacionais do Brasil, isto é, não circunscrevê-las às Américas e à Europa Ocidental; atuação isenta de compromissos ideológicos, não obstante a afirmação de que o Brasil faz parte do Ocidente; ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte e Sul, e não Leste-Oeste; busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais, o que explica a procura da Europa Oriental e do Oriente; desejo de participação nas decisões internacionais; luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento; adoção de posição claramente contrária à realização de experiências nucleares; adoção dos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção (Cervo & Bueno, 2012: 333).

Jânio vislumbrava possibilidades comerciais com as nações do Extremo Oriente e do sudoeste asiático, sob a justificativa de que distância e "problemas políticos" não poderiam constituir motivos de desencorajamento. As nações pobres eram as maiores presas do comunismo pela perspectiva de desenvolvimento econômico que oferecia. Dessa forma, ao mesmo tempo que Jânio cobrava movimentação dos regimes capitalistas na promoção do desenvolvimento, dizia em outras palavras, que a alternativa da cooperação seria o planejamento comunista (Cervo & Bueno, 2012). Importante destacar que em 1961 o governo estadunidense lançava a "Aliança para o Progresso", iniciativa que prometeu destinar 20 bilhões de dólares a programas de desenvolvimento da América Latina no decorrer dos próximos dez anos. Esta teria sido uma técnica de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos de outros países do hemisfério a fim de manter e reforçar sua influência na região, mas o programa não foi bem aceito no Brasil nacional-desenvolvimentista, comandado por Jânio, resultando em repulsa dos nacionalistas que viam na aplicação do projeto o aumento da dependência em relação aos Estados Unidos (Cervo & Bueno, 2012). Sobre a política externa do início dos anos 1960, vale dizer que:

> Era uma política de pirraçar os Estados Unidos, explorando um momento de peculiar debilidade americana (...) visando a dois objetivos: Primeiro, obter apoio financeiro externo, que Kennedy se apressou a dar a fim de conquistar as simpatias do Brasil, em um momento em que ele se sentia inferiorizado pelo erro gravíssimo da invasão de Cuba. Segundo, pacificar as trêfegas esquerdas brasileiras, de modo a abrir margem, dando-lhe satisfação externa, para uma política interna conservadora. O truque era, então, exibir uma política externa agressiva, para justificar uma política interna conservadora (Campos, 1993: 269).

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

A intensificação da PEI veio no governo de João Goulart (1961 – 1964) sob as rédeas do ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas. Foi ele o responsável por normalizar as relações do Brasil com a União Soviética, preparar o reconhecimento da China, estreitar as relações com a América Latina, armar condições favoráveis para a Primeira Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas e negociar, com os Estados Unidos, condições mais favoráveis para a dívida brasileira (Jaguaribe, 2006), ao mesmo tempo que, entretanto, com base nos princípios da autodeterminação e de não-intervenção da PEI, manifesta-se contrariamente ao isolamento de Cuba, às sanções econômicas e diplomáticas propostas pelos EUA na VIII Reunião de Consulta da OEA, em janeiro de 1962 (Oliveira, 2005). As divergências ocorridas durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart (1961 - 1964) eram consideradas pelo governo americano como uma ameaça adicional em um contexto regional já bastante turbulento, devido à Revolução Cubana de 1959 e à adesão pública de Fidel Castro ao marxismo-leninismo. Assim afirma Ricupero (2006: 59) que "Cuba representará o pivô do primeiro questionamento sério da convergência ideológica com os EUA, já esgarçada por efeito do nacionalismo e das discrepâncias acerca do processo de desenvolvimento econômico".

> A partir da ascensão de Goulart, as relações entre Brasil e Estados Unidos entraram num processo de deterioração. Além de questões concretas, como as encampações de subsidiárias estrangeiras instaladas no país, preocupavam-se os Estados Unidos com os rumos da administração Goulart, que passou a ser um risco ideológico (Cervo & Bueno, 2012: 380).

Durante a XVI e XVII Assembleia Geral das Nações Unidas (1961 e 1962, respectivamente), o Brasil advogava a necessidade de uma revisão da então estrutura institucional do comércio internacional, enfatizando a existência de um alto grau de correlação entre as taxas de desenvolvimento econômico e os níveis do comércio internacional; buscava-se aceleração das taxas de crescimento das economias baseadas na chamada livre empresa. "Foi assim, dentro desse processo e como resultado da política externa independente que o Brasil formulou as bases teóricas e práticas da 1ª Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento (I Unctad), realizada em Genebra", em meados de 1964 (Oliveira, 2005: 95). Cervo & Bueno (2012) cirurgicamente observa uma atitude de independência nos órgãos multilaterais por parte do Brasil, abandonando o que chama de 'compasso de Washington", que vem a culminar em não secundar as posições norte-americanas. Amado (2006) contribui destacando que a bipolaridade do período ofereceu margens de manobra aos interesses da indústria nacional permitindo ao governo Goulart maior poder de barganha no cenário da Guerra Fria, do outro lado, porém, aumentando as resistências do setor exportador e financeiro vinculados ao exterior, caudatário das doutrinas de segurança estadunidense. De 1962 em diante, as discordâncias com o governo estadunidense aumentaram ao passo que o Brasil colocava-se como "dono do próprio nariz" por meio PEI. Como exemplo, podemos citar a desapropriação da subsidiária norte-americana ITT no Rio Grande Sul e alteração na lei de remessa de lucros pelo Congresso Nacional. Cervo & Bueno (2012) nos valida que "essas razões foram suficientes para que o governo norte-americano se sentisse pressionado internamente" e levassem à diminuição dos investimentos estadunidenses no país, que caíram pela metade em 1962-1963. Por outro lado, se o investimento caía, a intervenção política aumentaria. O governo norte-americano prestou ajuda financeira aos candidatos anticomunistas, principalmente no Nordeste, nas eleições legislativas e estaduais de 1962. Empréstimos foram contraídos nos Estados Unidos

com apoio do Presidente Kennedy para reescalonamento da dívida externa do país (Fausto, 2009).

> O quadro interno brasileiro era difícil, agravado pelo aumento da inflação, dos déficits públicos e do balanço de pagamentos. San Tiago Dantas, o novo ministro da Fazenda de João Goulart logo após a abolição do parlamentarismo, obteve, em março de 1963, em Washington, um crédito de 398,5 milhões de dólares, mas condicionada sua maior parte à adoção de medidas de controle da economia e saneamento financeiro (Cervo & Bueno, 2012: 358-59).

Nos anos finais do governo Goulart, a polarização das tendências de opinião contribuiu decisivamente para o rompimento da PEI, prevalecendo as ideias dos liberal-ocidentalistas que preconizavam as relações especiais com os Estados Unidos, o ocidentalismo e a liberalização do comércio; frente aos nacional-revisionistas que, por outro lado, lutavam veementemente contra a dependência em relação aos Estados Unidos, sendo a favor do nacionalismo mesmo em política exterior, da autonomia internacional do Brasil e da abertura de relações mais próximas com países socialistas e comunistas. Os liberal-ocidentalistas pretendiam impulsionar as relações especiais do Brasil com os Estados Unidos, pois acreditavam que só o liberalismo associado traria benefícios ao país no contexto que percebiam da bipolarização rígida evidente na Guerra Fria. Eram favoráveis à inserção do capital estrangeiro como forma mais adequada de capitalizar o país e favorecer o desenvolvimento (Maznur, 2014).

> Apesar do período inicial de implantação da PEI ter sido afetado pelas sucessivas crises internas, hoje, esse período parece muito importante no sentido de ter lançado as bases de um movimento que, posteriormente, iria se estruturar ou mesmo por ter estabelecido as bases que possibilitaram alterações na estrutura da política externa. O enfoque não era só basicamente econômico, mas de expressão eminentemente política de surgimento do Brasil no plano das relações internacionais (Oliveira, 2005:102).

Dessa forma, compreendida as diretrizes da PEI, vale a pena sinalizar para a ruptura de tais concepções com o desencadeamento do golpe militar de 1964, onde uma maior aproximação com os Estados Unidos fora restabelecida em meio a configuração do governo Castelo Branco.

2. Rompimento da Pei e Pex de Castelo Branco (1964 – 1967)

Na medida em que o governo de João Goulart preconizava as reformas de base e acercava-se de ideias de esquerda, crescia a apreensão sobre os rumos do país e, proporcionalmente, a pressão externa (Cervo & Bueno, 2012). Tendo em vista que tal pressão provinha dos estadunidenses:

> Não existem provas quanto à participação do governo norte-americano nos acontecimentos que puseram fim ao mandato de Goulart, em março/abril de

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

> 1964. Mas não há dúvida de que acompanhou todo o desenrolar da crise, que estava alinhado aos conspiradores e - o mais importante - que organizou uma força-tarefa para atuar nas águas brasileiras com a finalidade de dar apoio aos revoltosos, fornecendo-lhes armas, munições, combustíveis e lubrificantes, se necessário. (BUENO; CERVO, 2012: 389).

Passado o golpe, conforme citado anteriormente, o general Humberto de Alencar Castelo Branco juntamente com seu ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, propuseram-se a desmantelar os princípios que regiam a Política Externa Independente. Isso porque, segundo o próprio Castelo Branco (1964 *apud.* Skidmore 1991) haviam dois principais objetivos: o primeiro era "frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares"; e o segundo era "restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais". Iniciaram então com a imediata substituição do embaixador brasileiro em Washington, sob a diretiva de "pôr em contato com o governo dos Estados Unidos um representante do Brasil em condições de bem interpretar a atual política brasileira", sendo nomeado Juracy Magalhães, marcamos aqui o início da política da interdependência. Mais tarde, em dezembro de 1965, Magalhães assumiria a pasta das Relações Exteriores com o claro posicionamento:

> Sou pan-americanista convicto, dentro da ideia de que as coincidências de origem e formação entre os países do continente superam suas divergências – até mesmo a enorme defasagem econômica que separa dos demais a dupla Estados Unidos e Canadá – e tornam vantajosa, no contexto universal, a unidade pan-americana. É preciso que o sistema de cooperação continental conte com a participação aqueles dois países que (...) têm vantagens em colaborar com os demais, num esquema que requer, naturalmente, reciprocidade de compreensão e cooperação. (Magalhães, 1982:206).

De todas as fases da longa ditadura militar, a PEX do Governo Castelo Branco terá sido das mais curtas mas, ao mesmo tempo, a de maior coerência ideológica com os EUA, graças, entre vários motivos, à sintonia e unidade existentes entre o Presidente, de um lado, e Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, do outro. Nunca terá sido maior a convergência ideológica com os Estados Unidos não só na percepção da continuidade e dos perigos da Guerra Fria. Mais do que isso, a aceitação da liderança estadunidense é sentida pelos dirigentes brasileiros como elemento integrante e inseparável da luta interna contra a subversão comunista (Ricupero, 2006).

O regime se opôs à política neutralista frente ao comércio internacional, ao nacionalismo protecionista e à estatização, fatores que de acordo com o governo corroboraram para afugentar o capital estrangeiro e obstruir a penetração e desenvolvimento da livre empresa. Só em 1964, o Brasil fez 14 ajustes com a *US Agency for International Development* (Cervo & Bueno, 2012).

O então presidente, em seu discurso de julho de 1964 aos formandos do Instituto Rio Branco, deixou claro seu alinhamento ao afirmar que "consideramos nosso dever optar por uma íntima colaboração com o sistema ocidental, em cuja preservação repousa a própria sobrevivência de nossas condições de vida e dignidade humana". Campos e Bulhões tinham que o crescimento econômico saudável requeria um setor privado funcionando com eficiência. Como o ministro do Planejamento gostava de observar, cinicamente, que o capitalismo não fracassara no Brasil; apenas nunca fora experimentado (Skidmore, 1991). O lema de Juracy Magalhães "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" exprime perfeitamente a visão internacional daquele

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

governo (Albuquerque *e cols*, 2000). Novamente, eram dois os principais objetivos do presidente:

> eliminar atritos nas relações entre o Brasil e a potência hegemônica do bloco ocidental para viabilizar a associação dos capitais, dos mercados e da tecnologia, em harmonia com a afinidade política; b) enquadrar as relações interamericanas em esquema funcional - a serviço da bipolaridade – mediante a segurança coletiva e o mesmo tipo de vínculos econômicos (Cervo & Bueno, 2012: 401).

Para obter êxito na empreitada, o governo brasileiro acreditava que a segurança coletiva deveria estar acima dos interesses nacionais, a ideia da interdependência dos povos deveria desempenhar papel prioritário (Oliveira, 2005).

Com o objetivo de reformar o sistema econômico capitalista brasileiro, os ministros Roberto Campos (Planejamento) e Otávio Gouveia Bulhões (Fazenda) foram responsáveis por dar enfoques importantes ao comércio exterior e as relações com os EUA. Em agosto de 1964, para incentivar as exportações das reservas naturais do país e dos bens manufaturados, foi aprovada uma nova lei que regulava os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros. Consequentemente, foi revogada a lei restritiva de 1962, que fixara um teto para as remessas de 10 por cento por ano do investimento original e provocara protestos americanos e dos investidores em geral (Fausto, 2009).

Castelo Branco foi capaz de convencer o governo estadunidense de que o Brasil estava novamente comprometido com a economia do "mundo livre". Assim, ao final de junho de 1964, os Estados Unidos anunciaram um "programa de empréstimo" de US$50 milhões dando ao governo brasileiro grande flexibilidade em seu uso. O passo foi fundamental para trazer fluxos de capital para o país; mesmo com as agências internacionais permanecendo cautelosas. No início de outubro do mesmo ano, o Banco Mundial avaliara favoravelmente as novas políticas e anunciou a intenção de reiniciar seus empréstimos (desde o último em 1950), para concretizá-los em 1965 (Skidmore, 1991).

> o mais fiel aliado do novo regime continuou a ser o governo dos Estados Unidos. Em princípio de novembro de 1964 o embaixador Lincoln Gordon anunciou que, nos sete meses a partir de abril, o governo americano havia comprometido US$222 milhões para o Brasil. Em meados de dezembro, o diretor da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) David Bell, depois de visitar os projetos financiados pelo seu governo no Brasil, anunciou uma ajuda adicional de US$650 milhões. Tio Sam aumentava suas apostas na "revolução" que aplaudira com tanto entusiasmo (Skidmore, 1991: 59).

Enquanto a aproximação com os Estados Unidos era constante, as relações bilaterais com os países latino-americanos foram secundárias durante o governo Castelo Branco. Havia o intuito de veicular os objetivos brasileiros aos países da região, sendo conveniente a proposta de união aduaneira com a Argentina feita por Campos, a inauguração da "ponte da amizade" entre Brasil e Paraguai em 1965 e a visita do então chanceler, Juracy Magalhães, a pelo menos, 7 capitais sul-americanas (Cervo, 2012).

Skidmore (1991) relembra que houve uma rápida proliferação de contratos com a USAID para promover a imagem dos Estados Unidos como o poder onipresente, pronto para fornecer dinheiro, tecnologia e assessores para as necessidades do desenvolvimento brasileiro. Porém, nem todas as medidas agradaram a opinião pública, a ver que em 1966, o novo embaixador americano no Brasil, John Tuthill, declarou que "em quase todos os gabinetes brasileiros

envolvidos em decisões impopulares sobre impostos, salários ou preços, havia também a indefectível presença de um assessor americano". Complementando, Castelo Branco, em discurso de 1964, afirmou que:

> Temos a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-americana cruzam seus interesses econômicos e comerciais no plano de um dogma político e de uma amizade recíproca. As características da atual situação política do Brasil coincidiam com os anseios de paz do Continente e, também, com os fundamentos de segurança coletiva, tão de responsabilidade dos Estados Unidos (Oliveira, 2005: 110).

Entretanto, a bipolaridade não surtiu efeito para alcançar o objetivo esperado por Vasco Leitão da Cunha, ministro das Relações Exteriores até dezembro de 1965, pois a necessidade era de ampliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil (Cervo & Bueno, 2012). O Brasil chegou a integrar 30 órgãos da ONU em 1965. Oliveira (2005) conclui que assim como a política externa independente não gerou os resultados projetados, a política da interdependência de Castelo transformou-se, na realidade, unicamente em uma política externa dependente. Cervo (2012) complementa que o governante teve de proceder a investimentos públicos para atender ao crescimento econômico e a oferta de emprego, abandonando sua própria desestatização.

> O objetivo da atual política exterior americana é a manutenção da segurança americana, ao passo que o objetivo básico do Brasil é desenvolvimento. É um equívoco pensar que existe uma convergência fundamental desses dois objetivos, pois, o desenvolvimento traz consigo, a curto e médio prazo, instabilidade, instabilidade esta que é incompatível com a maximização da segurança militar americana. Em vista desta incompatibilidade, o auxílio americano há de ter, necessariamente, o objetivo tático de estabilizar a situação atual, acelerando ou não o processo, na medida direta da sua capacidade de influenciá-lo (Lafer, 1967: 96).

"O regime militar que se instalou no Brasil, em abril de 1964, estabeleceu um padrão de relações externas, com o qual veio a romper em 1967, junto ao fim do governo Castelo Branco" (Cervo & Bueno, 2012: 393). "(...) talvez seja possível concluir que a principal fragilidade da política externa do governo Castelo Branco consistia na fé ingênua que depositava na fraternidade dos Estados Americanos." (Martins, 1975: 67). Por último, cabe ressaltar que a tendência de Castelo Branco no Itamaraty não foi continuada diante dos governos posteriores.

3. Balança Comercial e as Relações com os EUA (1961-1967)

Desde meados dos anos 1960, a evolução do comércio mundial ampliou tanto as possibilidades de ação política dos países em desenvolvimento como o interesse dos investimentos estrangeiros em participarem da atividade econômica latino-americana por sua maior abertura para o abastecimento de produtos da região (Cepal, 2000). Não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda, como também o setor

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

exportador representava o centro dinâmico de toda a economia (Tavares, 2000). Apesar do mandato de João Goulart ter chego ao fim em março de 1964, para simplificar as análises, a partir daqui iremos considerar o período de 1961 – 1963 sob exercício da PEI, enquanto que de 1964 – 1967, sob as rédeas de Castelo Branco. Dito isso, agora analisaremos a balança comercial resultante dos períodos citados anteriormente. Partiremos da visão macro para micro. Na tabela 1 mostrada a seguir, temos o cálculo do saldo comercial brasileiro de 1961 a 1967, que consiste na subtração do valor total de importações do valor total de exportações a cada ano.

Tabela 1 – Intercâmbio Comercial brasileiro de 1961 a 1967

	EXP BRASIL (FOB)		IMP BRASIL (FOB)		SALDO COMERCIAL
	US$ bi	Variação ano anterior (%)	US$ bi	Variação ano anterior (%)	US$ bi
1961	1,40	10,6%	1,29	-0,1%	0,11
1962	1,21	-13,5%	1,30	1,0%	-0,09
1963	1,41	15,8%	1,30	-0,8%	0,11
1964	1,43	1,7%	1,09	-16,0%	0,34
1965	1,60	11,6%	0,94	-13,4%	0,65
1966	1,74	9,1%	1,30	38,6%	0,44
1967	1,65	-5,0%	1,44	10,6%	0,21

Fonte: MDIC[4], SECEX[5], 2007.

De início, observamos que o período de 1961 – 1963, sob vigência da PEI, apresentou constância no volume de importações, afirmação que também valeria para as exportações se não fosse por 1962, que teve 3 diferentes ministros na liderança da pasta de Relações Exteriores[6] e sofreu queda de quase 14% no volume de vendas internacionais em relação ao ano anterior, conforme mostrado na tabela 1. A queda levou a um saldo comercial negativo (déficit) naquele ano, o único no período de 3 anos. A recuperação veio no ano seguinte, 1963, retornando ao patamar de 1961. Entretanto, quando esteve positivo, o saldo (superávit) não ultrapassou a casa dos US$ 110 milhões.

Entre 1964 e 1967 o cenário tende a ser melhor para o saldo comercial que se manteve acima dos US$ 200 milhões, chegando a US$ 650 milhões em 1965, auge do governo Castelo Branco. Importante destacar que o salto deve-se não só ao aumento no número de exportações, mas à significativa redução do saldo de importações principalmente nos primeiros dois anos de mandato. Enquanto que a média do saldo comercial sob vigência da PEI foi de US$ 40 milhões, a política da interdependência nos mostra média de US$ 410 milhões para o período, dez vezes mais do que a era Jânio/Jango.

[4] Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
[5] Secretária do Comércio Exterior.
[6] Francisco Clementino de San Tiago Dantas (a partir de setembro/1961); Afonso Arinos de Melo Franco (a partir de julho/1962); Hermes Lima (a partir de setembro/1962)

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

Em uma apuração afunilada passamos a entender para quem vendíamos e de onde se comprava. As tabelas 2 e 3 nos mostram o intercâmbio comercial por procedência (importações) e destino (exportações) respectivamente.

Tabela 2 - Importações brasileiras por procedência (%)

	Estados Unidos	Europa	América do Sul
1961	35,7%	24,8%	9,1%
1962	31,4%	25,4%	15,3%
1963	31,1%	25,4%	17,1%
1964	34,5%	21,7%	20,0%
1965	29,9%	22,0%	24,2%
1966	40,1%	21,8%	15,0%
1967	35,4%	24,6%	13,0%

Fonte: MDIC , SECEX , 2007.

Tabela 3 - Exportações brasileiras por destino (%)

	Estados Unidos	Europa	América do Sul
1961	40,1%	28,6%	6,9%
1962	39,9%	30,4%	6,3%
1963	37,7%	34,0%	5,7%
1964	33,2%	32,9%	9,7%
1965	32,6%	32,2%	12,6%
1966	33,4%	31,3%	10,8%
1967	33,1%	33,5%	9,8%

Fonte: MDIC , SECEX , 2007.

Não há dúvidas de que o Estados Unidos era, de fato, o maior parceiro comercial do Brasil no período em questão, uma vez que, em média, um terço das transações internacionais brasileiras eram dadas com os norte-americanos. De 1961 a 1967 não houve um ano sequer em que comprou-se mais de outro país que não os Estados Unidos, só haverá alteração na liderança para as vendas à Europa em 1967, que os superaram por uma pequena diferença de 0,4%. Dado o contexto, vale a pena analisar a notória parceria Brasil e Estados Unidos a partir das tabelas 4 e 5 apresentadas a seguir.

Tabela 4 – Intercâmbio Comercial brasileiro com os Estados Unidos

	EXP			IMP		
	Part. sobre total BR (%)	Exportações (US$ mio)	Variação ano anterior	Part. sobre total BR (%)	Importações (US$ mio)	Variação ano anterior
1961	40,1%	562,77	-0,2%	35,7%	461,54	15,2%
1962	39,9%	484,80	-13,9%	31,4%	410,04	-11,2%
1963	37,7%	530,92	9,5%	31,1%	402,03	-2,0%
1964	33,2%	474,34	-10,7%	34,5%	374,90	-6,7%
1965	32,6%	520,19	9,7%	29,9%	281,58	-24,9%
1966	33,4%	581,39	11,8%	40,1%	522,85	85,7%
1967	33,1%	547,59	-5,8%	35,4%	510,40	-2,4%

Fonte: MDIC; SECEX; DEPLA[10], 2007.

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

Apesar do claro aumento das exportações de 1964 a 1967 indicado na tabela 1, o quadro abaixo evidencia que a presença estadunidense reduziu na mesma modalidade e período. Se sob vigência da PEI a participação estadunidense se mostrava em torno dos 38%, durante o mandato de Castelo Branco esses números caem para a casa dos 33%, uma redução significativa de 5% em média. No caso das importações o grau de participação destoa apenas em 1966, em que a potência estadunidense abocanha 40% das compras internacionais brasileiras, mantendo-se numa média de 33% para os outros anos.

Em termos de valores ganhos das exportações, nota-se que para ambos os períodos os pontos de máximo e mínimo são relativamente próximos, ou seja, enquanto que no primeiro (1961 – 1963) o mínimo exportado foi de cerca de US$ 485 milhões, no segundo esse mínimo varia em US$ 11 milhões, resultando em US$ 474 milhões. O mesmo não se pode afirmar para as importações, que tiveram variações de mais de US$ 200 milhões de um ano para o outro, quase que dobrando de 1965 para 1966.

Tabela 5 – Média de participação estadunidense na balança comercial brasileira de 1961 a 1967

	EXP		IMP	
	Part. sobre total BR (%)	Exportações (US$ mio)	Part. sobre total BR (%)	Importações (US$ mi)
1961-	39,3%	526,16	32,7%	424,54
1964-	33,0%	530,88	35,2%	422,43

Fonte: Elaborada pela autora com base em MDIC; SECEX; DEPLA[11], 2007.

Conforme observado, a partir dos dados da tabela 5, em suma, os resultados podem ser traduzidos em: a participação estadunidense sobre o total das exportações brasileiras caiu sob as rédeas de Castelo Branco, mas cresceu em termos de valores ganhos; enquanto que houve um crescimento na parcela de importações, porém, com uma pequena redução no volume de pagamentos das mesmas. A política de alinhamento automático durante o período Castelo Branco pode ser considerada mais vantajosa para o Estados Unidos do que para o Brasil, uma vez que as importações de produtos estadunidenses cresceram num patamar importante em 1966. Por outro lado, dentro da política externa do primeiro governo da ditadura, o volume de exportações brasileiras ao EUA não refletiu em maiores ganhos, de tal forma que não houve uma penetração robusta dos produtos brasileiros nos mercados estadunidenses. Assim, conforme assinalado pelos teóricos defensores da PEI, durante o governo de Castelo Branco, analisando a balança comercial, tivemos um agravamento das condições de dependência e subdesenvolvimento que historicamente caracterizam a sociedade brasileira.

Considerações Finais

Procurou-se neste trabalho fazer uma breve ambientação da Política Externa Brasileira de 1961 a 1967, em paralelo a uma rápida análise da balança comercial correspondente ao mesmo período. Os esforços de Jânio Quadros e João Goulart de se manterem neutros, e por vezes contrários, às decisões dos Estados Unidos se evidenciaram mais no âmbito político do que no comercial. Fica claro que as transações comerciais brasileiras foram menos impactadas do que as linhas de crédito e investimento no âmbito internacional. Para o governo de Castelo Branco, em que se esperava uma tendência de aproximação comercial tal qual vista na conjuntura política, os números nos mostraram que houve pouca diferença em relação ao período anterior.

Havendo tanto deterioração das relações, como alinhamento dos nortes políticos em termos da política externa, para com os Estados Unidos, eles não deixaram de ser o maior parceiro comercial do Brasil no intervalo histórico analisado. E nem deixariam adiante, mesmo com a descontinuidade, via política externa de interdependência (1964-1967) das práticas postas até 1967. Isso nos leva a considerar que política externa não é um vetor absoluto das transações comerciais internacionais, sendo capaz de direcionar mas não necessariamente impactar os volumes monetários da balança comercial de forma totalizante. De todo modo, ela continua sendo um importante instrumento para a concepção de projetos de infraestrutura, cooperação e estratégica entre os países, abertura de créditos internacionais e, acima de tudo, para o fomento de programas e iniciativas em áreas chaves de uma determinada nação. Para tanto, crê-se que outros fatores, sejam eles econômicos, históricos, sociais ou culturais, deverão ser analisados junto à política externa a fim de construir uma justificativa fidedigna do conjunto de fatores que influenciam a composição do saldo comercial de um país. Vimos uma busca constante por desenvolvimento nacional através do flerte com potências econômicas, havendo ou não alinhamento ideológico com as mesmas, mas os possíveis avanços não puderam ser notados nos indicadores de comércio internacional. Sobre isso, Amado (1982 *apud* Cervo & Bueno, 2012, p. 375) complementa dizendo que “Em certos casos, por meio de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos”. Neste sentido, retomar os debates sobre as assimetrias do comercio internacional e as relações de poder entre o norte e o sul global, conforme fizeram os teóricos da dependência (incluindo as abordagens marxistas), se faz necessário para a construção de projetos e uma agenda de desenvolvimento orientada para a soberania nacional. O reposicionamento do Brasil com como um ator relevante e, consequentemente, o resgate de uma política externa autônoma torna-se, então, crucial para a melhoria das condições de vida dos brasileiros e uma inserção estratégicas nas disputas das relações internacionais.

Gomes, Talissa., & Menon, Gustavo. RG&PP, 12(2): 342-360, 2022.
DOI: https://orcid.org/10.11606/rgpp.v12i2.198008

Referências Bibliográficas

Veras, Thaís. (2010). O Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantojuvenil e o Plano Nacional: um exemplo de política pública aplicada. *Cadernos Ebape.br*, 8 (3), 404-421. Acessado em 12 de maio de 2022, de: https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000300003

Albuquerque, Jose A. G., Seitenfus, Ricardo., & Castro, Sergio H. N. (2006). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990):* Vol. I Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Amado, Rodrigo. (2006). *A Política Externa de João Goulart*. *In:* Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990): Vol. I Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Campos, Roberto. (1993). Seminário dos Embaixadores. *In: Reflexões sobre a Política Externa Brasileira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

Cervo, Amado Luiz; Bueno; Clodoaldo. (2012). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.

Fausto, Boris. (2009). *História do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Jaguaribe, Hélio. (2006). Introdução Geral. *In: Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990)*: Vol. I Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Lafer, Celso. (1967). Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. X, n. 39-40.

Lafer, Celso. (1987). Novas dimensões da política externa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 3.

Magalhães, Juracy. (1982). *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mankiw, N. Gregory. (2013). *Introdução à Economia.* São Paulo: Cengage Learning.

Manzur, Tânia Maria. (2014). A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, apogeu e declínio. São Paulo: *Lua Nova*.

Martins, Carlos E. (1975). A evolução da política externa brasileira na década de 64/74. *Novos Estudos CEBRAP,* 12.

Milani, Carlos Roberto Sanchez. (2011). A importância das relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira. *In: Boletim de Economia e Política Internacional*. Rio de janeiro, n. 6.

MDIC; SECEX. *Comércio Exterior por destino-procedência.* Brasília, 2007.

MDIC; SECEX. (2007). *Evolução do Comércio Exterior Brasileiro - 1950 a 2007* (Janeiro/Junho). Brasília.

MDIC; SECEX; DEPLA. *Intercâmbio Comercial Brasileiro – Estados Unidos*. Brasília, 2007.

Moraes, Flavio Fava de. (2006). As Lições do Passado e os Desafios do Futuro. *In: Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990):* Vol. I Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Oliveira, Henrique. (2005). *Política Externa Brasileira.* São Paulo: Saraiva.

Prado, Maria Ligia., & Pellegrino, Gabriela. (2016). *História da América Latina*. São Paulo: Editora Contexto.

Quadros, Jânio. (1961). *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília.

Ricupero, Rubens. (2006). O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. Em *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990):* Vol. I Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Skidmore, Thomas. (1991). *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985).* São Paulo: Paz e Terra.

Tavares, Maria da Conceição. (2006). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. Em Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*, volume 1. Rio de Janeiro: Editora Record.

Recebido em 19/04/2022.
Revisado em 12/09/2022.
Aceito em 30/11/2022.